



Projeto 6  
**TCEndo**  
**Cidadania**

# Papel dos Conselhos de Políticas Públicas na Construção dos Planos Municipais



Projeto 6  
**TCEndo Cidadania**

**PDI**   
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL INTEGRADO



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

# Sumário

CAPÍTULO	ASSUNTO
1	<b>Controle Social da Gestão Pública</b>
1.1	Tipos de Controle
1.2	Controle Social, natureza, Objeto e Dimensões
1.3	Instrumentos de Controle Social
1.4	Desafios do Controle Social, Oportunidades e Ações que Garantem
2	<b>Os Conselhos de Políticas Públicas na Construção dos Planos Municipais</b>
2.1	Natureza, Identidade
2.2	Desenho Institucional e Trajetória Política
2.3	Função
2.4	Dinâmica dos Conselhos
2.5	Composição, organização
2.6	Representatividade, Paridade, Legitimidade
2.7	Os Conselhos no Ciclo das Políticas Públicas



# Sumário

CAPÍTULO	ASSUNTO
3	<b>PDI – Programma de Desenvolvimento Institucional Integrado – Melhorando a Gestão Pública</b>
3.1	Projetos do PDI
3.2	Cultura dos Projetos
3.3	PDI Projeto 2 - objetivo
3.4	Metodologia, Característica das Proposições de Grupos, Metas dos Conselhos, Pesquisas dos Conselhos 2012 e 2016
3.5	PDI Projeto 6 – objetivo, público-alvo
3.6	Como Fazer, Atuar, Acompanhar, Inserir
4	<b>Reflexão Final</b>



# A Construção da Democracia no Brasil: como chegamos até aqui



Projeto 6  
**TCEndo Cidadania**

**PDI**   
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL INTEGRADO



**Tribunal de Contas  
Mato Grosso**  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

# Cenário Legal

CONSTITUIÇÃO CIDADÃ - CF 1988	EMENDA CONSTITUCIONAL 19/1998	LRF LEI 101/2000	LEI 131/2009	LEI 12.527/2011
Fortalece a cidadania. (direito e deveres)	Administração Burocrática. (Foco em processos)	Participação da sociedade na elaboração do orçamento e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. (transparência e clareza das informações Art. 48,I)	Determina a disponibilização, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos	Lei de Acesso a Informação: obriga todos os órgãos públicos a oferecer informações sobre suas atividades a qualquer pessoa que solicitar os dados
Criação de instrumentos de controle social. (Conselhos Públicos)	Administração Gerencial (Foco em resultados)	Gestão fiscal responsável, responsabilização do gestor e participação da sociedade nas aplicações dos recursos públicos	Todos os gestores têm a obrigação de divulgar as despesas e receitas da administração em páginas oficiais	Os gestores precisam disponibilizar no site todas as informações referentes a administração. A informação é a regra e o sigilo é exceção



**CIDADANIA**  
(Participação Popular + Conselhos Públicos)



**EFETIVIDADE**  
(Resultado/ Eficácia, Programas e Projetos de Gestão)



**RESPONSABILIZAÇÃO**  
(Participação Popular na Elaboração e Discussão dos Planos)

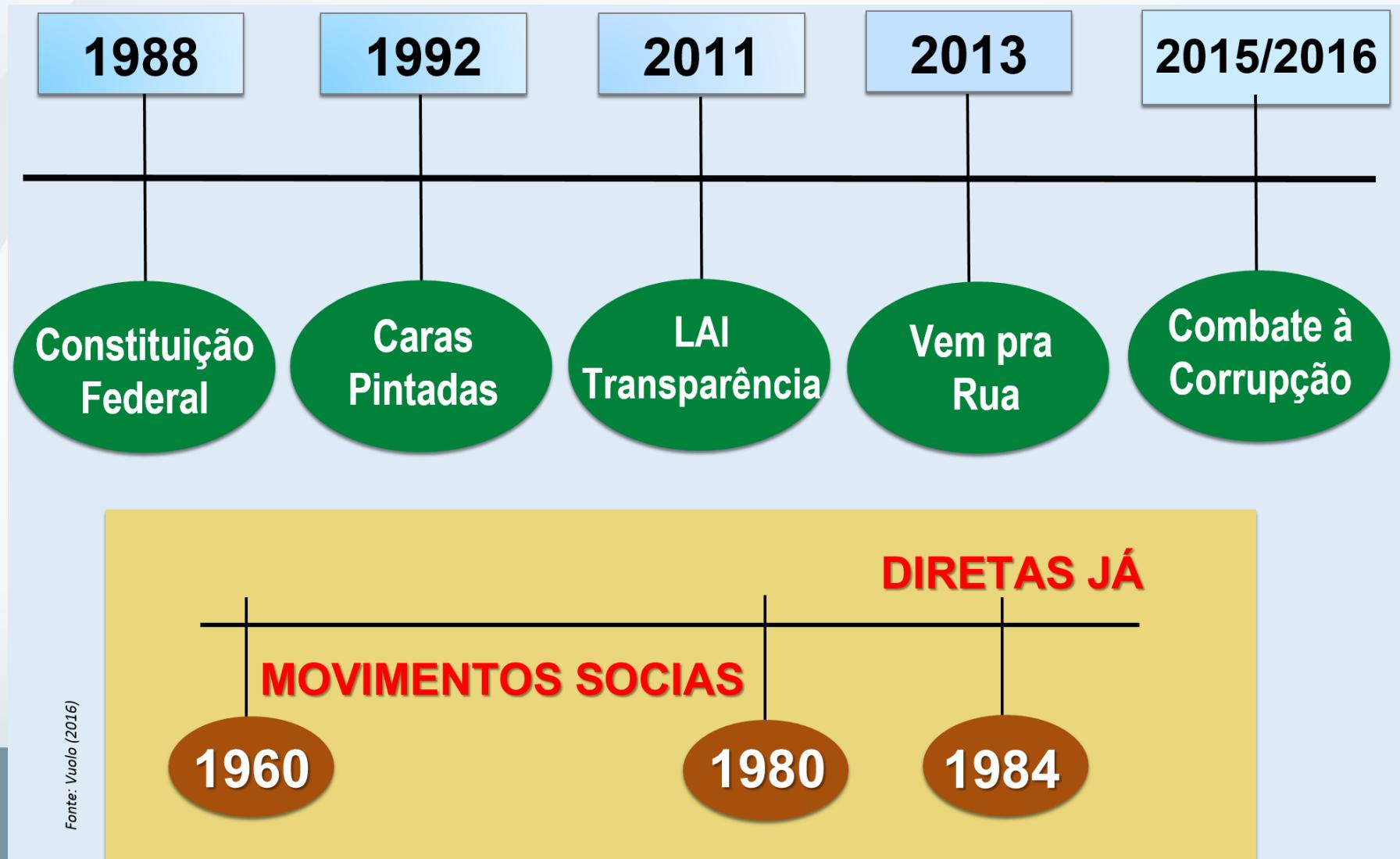


**TRANSPARÊNCIA**  
(Órgãos Públicos)



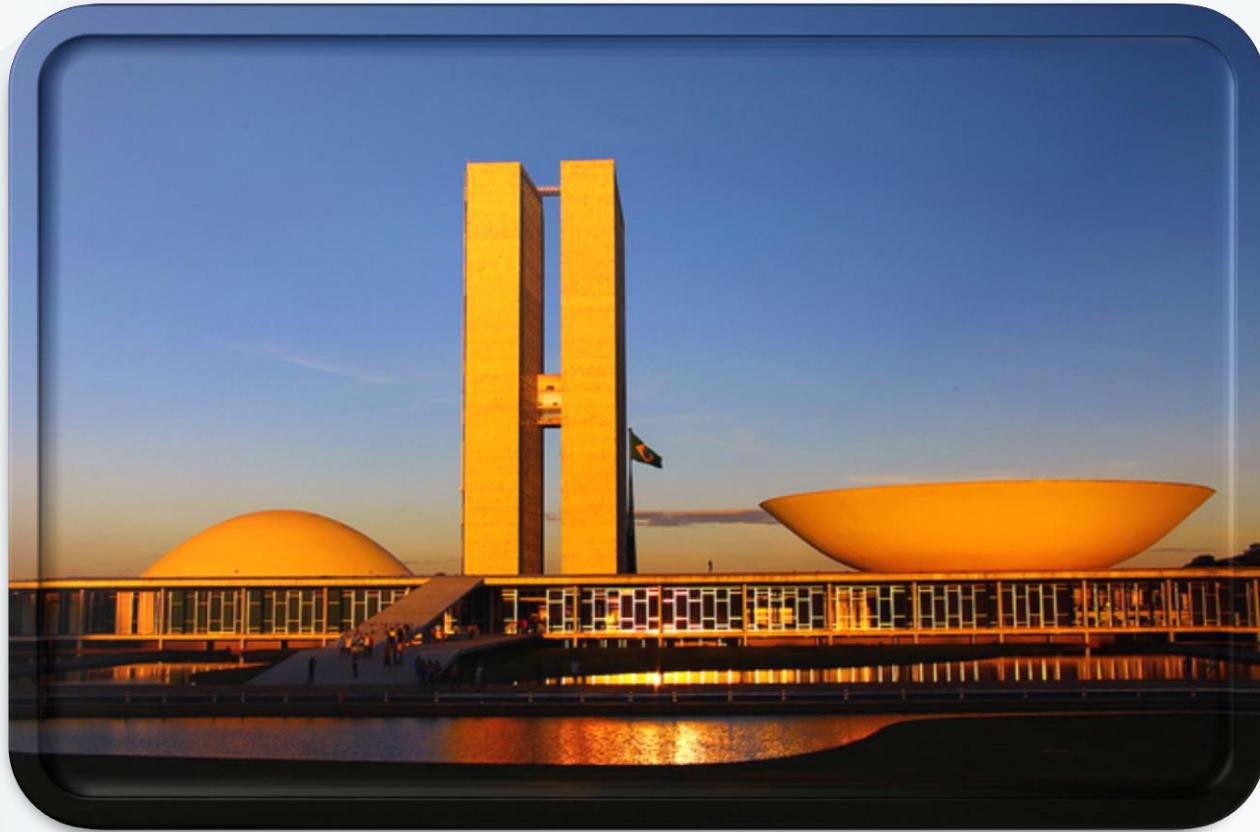
**TRANSPARÊNCIA**  
(Ativa e Passiva de todos os Órgãos Públicos)

# Cenário Social





# Bem-vinda Democracia! Mas... E agora?



# Estado Democrático de Direito “O governo do Poder Público em público”



Projeto 6  
**TCEndo Cidadania**

**PDI**   
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL INTEGRADO



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**Art. 1º** – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I** - a soberania;
- II** - a cidadania;
- III** - a dignidade da pessoa humana;
- IV** - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V** - o pluralismo político.

**Parágrafo único.** Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.



# Controle Social de Gestão Pública



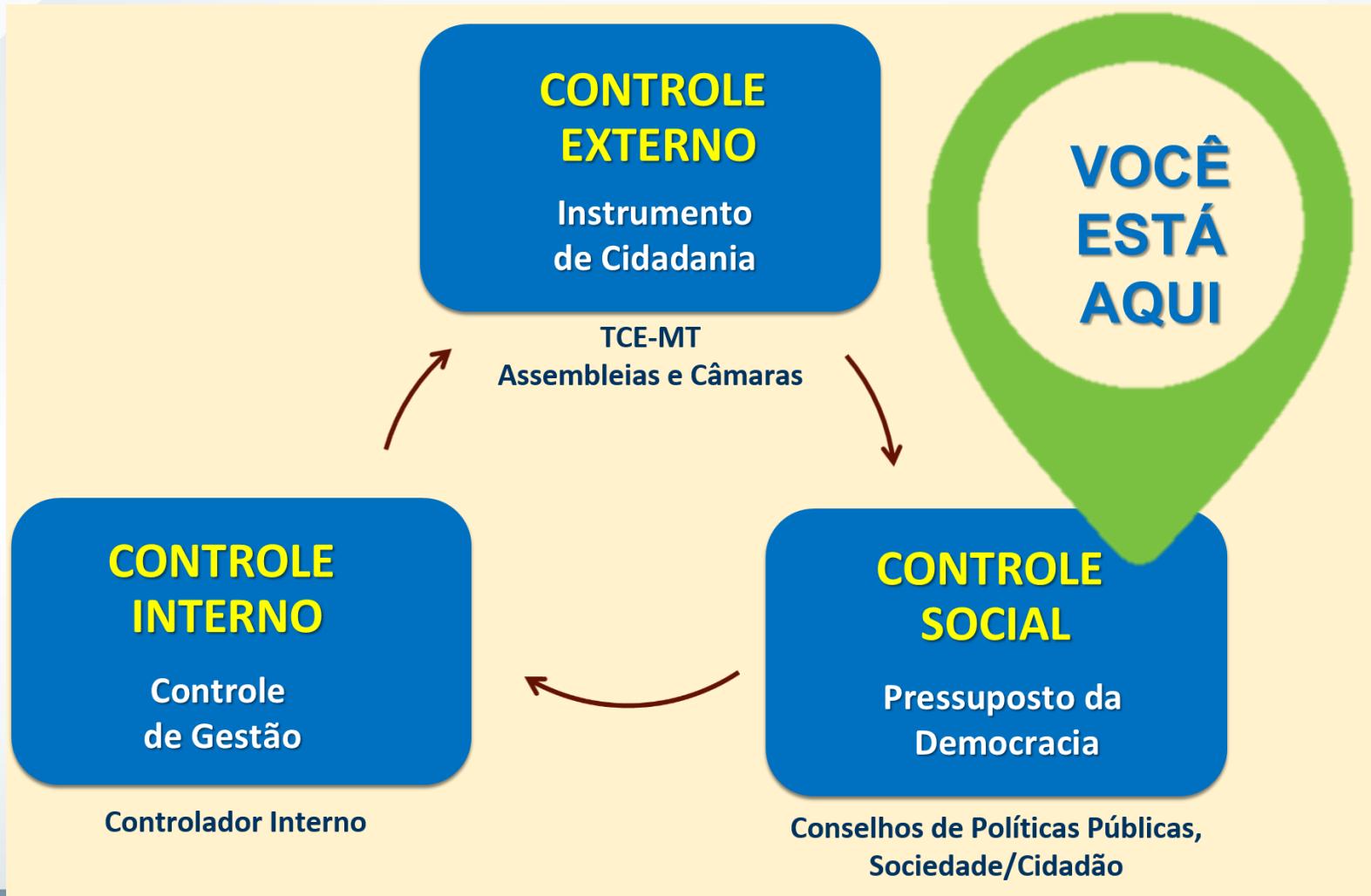
Projeto 6  
**TCEndo Cidadania**

**PDI**   
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL INTEGRADO



**Tribunal de Contas**  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

# Controle dos Recursos Públicos



Projeto 6  
**TCEndo Cidadania**



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

# Controle Institucional: quem controla quem

EXECUTIVO		LEGISLATIVO		JUDICIÁRIO
Controle sobre atos da própria administração		Controle sobre atos e agentes do Executivo		Controle sobre atos legais de qualquer dos Poderes
Controles Internos da Administração		Controles Externos da Administração		Controle Jurisdicional
Controle Interno Administrativo	Controle Interno Gerencial	Controle Político	Controle Técnico	Habeas Corpus Habeas Data Mandado de Injunção Mandado de Segurança Ação Popular Outros
Controle sobre os atos da entidade pela própria entidade	Controle sobre os atos da entidade por outra entidade	Controle sobre decisões políticas do Poder Executivo	Controle sobre atos de gestão dos recursos públicos	
Função administrativas clássicas	Controladorias, Auditorias-Gerais, Sistemas de Controles Internos	Legislativo	Tribunais de Contas, Comissões Orçamentárias e de Fiscalização	Tribunais e Juízes

# Controle Social das Políticas Públicas

Pode ser compreendido como uma **forma de ação reguladora**, resultante da **participação popular nas instâncias estatais** e/ou ações governamentais.



# Controle Social das Políticas Públicas



Visa **assegurar que as políticas públicas sejam planejadas** de modo que **responda às necessidades sociais** e seus **programas sejam cumpridos** conforme o que foi pactuado.

# Controle Social das Políticas Públicas

Ele é **transversal a toda política**, e não pode ser confundido somente com controle de orçamento.



Projeto 6

TCEndo Cidadania

O **objeto** do controle social é **abrangente**, pois pode ser exercido na **ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO**, na **FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** dos recursos públicos , na **PRESTAÇÃO DE CONTAS** dos gestores e na **AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS das ações** do governo.



# Dimensões do Controle Social

## Dimensão Política

Relacionada à mobilização da sociedade para influenciar a agenda governamental, indicar prioridades, acompanhar a execução dos serviços e das políticas públicas e participar dos processos de avaliação.

## Dimensão Técnica

Diz respeito ao trabalho da sociedade para fiscalizar a gestão de recursos e apreciação dos trabalhos governamentais, inclusive sobre o grau de efetividade desse trabalho na vida dos destinatários.

## Dimensão Ética

Trata da construção de novos valores e de novas referências, fundados nos ideais de solidariedade, soberania e justiça social.

*Fonte: Guia de Estudos de Capacitação de Conselheiros de Assistência Social (BRASIL, 2009)*

# Grau de participação do público no processo decisório

Poder decisório da organização



INFORMAÇÃO	PERSUASÃO	CONSULTA	PARCERIA	CONTROLE
A decisão é tomada e o público é comunicado a respeito	A decisão é tomada e há uma tentativa de convencimento do público	O problema é apresentado, as opiniões são coletadas e a decisão é tomada	Os limites são previamente definidos; as informações são partilhadas e a decisão é conjunta	A decisão é tomada pelo público, que assume a responsabilidade pública

Fonte: Eldsvik, 1978 apud Sanchez, 2008, p. 411.



Participação do público nas decisões

**“A EFICÁCIA do controle social dependerá do ESTABELECIMENTO DE VÍNCULOS SISTÊMICOS entre a SOCIEDADE civil organizada e os ENTES ESTATAIS encarregados do controle”**

(Benjamin Zymler e Guilherme Henrique de La Rocque Almeida)



Projeto 6  
**TCEndo Cidadania**



# PARTICIPAÇÃO É PARTILHA DE PODER



Contudo, para que os vínculos sejam estabelecidos devem haver a **PARTICIPAÇÃO POPULAR** em processos decisórios.

Assim como deve haver **INTERESSE GERAL DA POPULAÇÃO EM TODOS OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS** da gestão pública.

# Participação Popular

- Representam um grupo específico
- A mobilização vista como aglutinação de pessoas para fins de **protestos e manifestações públicas**
- Busca ter voz

## CONSEQUÊNCIA

A **mobilização** era o único elemento motivador da sociedade e as energias eram canalizadas para o grupo.

# Participação Cidadã

- A participação passa a ser concebida como **intervenção social periódica e planejada**
- Toda ênfase passa a ser dada nas políticas públicas.
- Está lastreada na **universalização dos direitos sociais**

## CONSEQUÊNCIA

**Empoderamento** de grupos e indivíduos via a capacitação política e organizacional.

# Para a efetivação do controle social é necessário:

**Respeito ao imperio da lei e aos direitos dos cidadãos**

**Informação e debate entre os cidadãos**

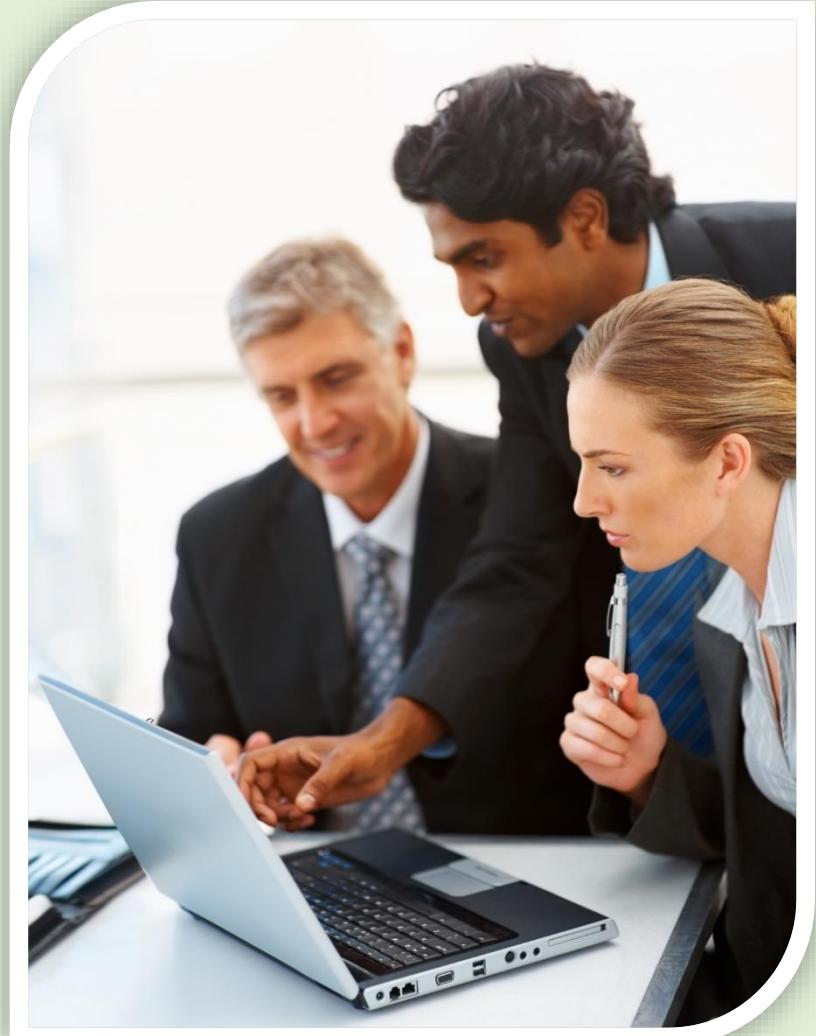
**Instruções que viabilizem a fiscalização**



# Desafios do Controle Social das Políticas Públicas

Superar a nossa própria história sociocultural e política dos conselhos serem:

- Mecanismos de conservação das relações vigentes de domínio da classe dominante;
- Espaço para a existência de distorções como a corrupção, desperdício, excesso de burocracia, paternalismo e autoritarismo.



# Ações que reforçam o controle social:

**VALORIZAÇÃO** do controle social na estratégia de mudança

**CRIAÇÃO** de canais de atuação para controle social

**MELHORIA** de capacitação e cultura no serviço público

**DESENVOLVIMENTO** e **PADRONIZAÇÃO** de indicadores de desempenho

**UNIFORMIZAÇÃO** e **INTEGRAÇÃO** dos sistemas de informação

# INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - INDIVIDUAIS

INSTRUMENTOS	O QUE FAZER
Ouvidoria dos órgãos públicos	Fazer denúncias, críticas e sugestões referente a gestão pública
Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Pedir informações sobre qualquer assunto
Denúncias aos órgãos de controle externo	Encaminhar denúncias aos Tribunais de Contas e Ministérios Públicos
Ação Popular	Propor ações/projetos para melhorar a vida social
Requerimento ou petição solicitando certidões ou informações junto aos órgãos públicos	Garantir o direito de acesso a informação
Tribunal Livre	Ocupar o espaço da Tribuna Livre na Câmara Municipal para expor e defender um assunto

# INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - COLETIVO

INSTRUMENTOS	O QUE FAZER
Conselhos de Políticas de Públicas	Mobilizar, propor, acompanhar e medir os resultados dos serviços prestados ao cidadão
Audiência Pública	Opinar sobre assuntos de interesse público coletivo
Ação Civil Pública	Coibir abuso ou desvio de recursos do poder
Orçamento participativo adotado por gestores	Definir prioridades de execução das políticas públicas
Fórum/Reunião/Associação/Sindicato	Discutir, propor e agir para solucionar problemas da coletividade ou melhorar a qualidade de serviços prestados ou colocados à sociedade



# A legitimação dos instrumentos de controle social local é garantida por:

- **AUTONOMIA** – administrativa, financeira e técnica
- **ORGANICIDADE** – infraestrutura básica
- **PERMEABILIDADE** – canais de recebimento das demandas sociais
- **VISIBILIDADE** – transparência das ações
- **ARTICULAÇÃO** – com os diversos setores da sociedade

(ASSIS E VILLA 2003)

**TESTE***Eu faço controle social?*

O teste que você vai fazer agora tem o objetivo de estimular o exercício do controle social. Veja em que nível você se encontra e pense sobre as práticas que pode adotar para acompanhar os gastos públicos na sua cidade. Boa sorte!

1 - O TCE-MT fiscaliza os planos orçamentários dos municípios. E você, já participou de alguma audiência pública de discussão do orçamento?

(  ) Sim (  ) Não

2 - Você sabe quanto é o orçamento da sua cidade? Quanto existe de recurso disponível para ser investido em saúde, educação, segurança, salários e nos demais serviços públicos?

(  ) Sim (  ) Não

3 - O TCE-MT fiscaliza os recursos da educação. E você, sabe qual é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) das escolas públicas do seu bairro?

(  ) Sim (  ) Não

4 - O TCE-MT fiscaliza os recursos aplicados na saúde. E você, sabe quantos médicos devem dar plantão na unidade de saúde do seu bairro?

(  ) Sim (  ) Não

5 - O TCE-MT fiscaliza as obras públicas. E você, sabe se tem alguma obra sendo construída ou que está paralisada na sua cidade?

(  ) Sim (  ) Não

6 - O TCE-MT fiscaliza as licitações. E você, sabe quais são os contratos realizados no seu município?

(  ) Sim (  ) Não

7 - O TCE-MT capacita os conselhos municipais. E você, alguma vez foi até algum conselho para tirar dúvidas ou propor alguma ação de melhoria dos serviços públicos?

(  ) Sim (  ) Não

8 - O TCE-MT fiscaliza a transparéncia. E você, alguma vez já acessou os portais de transparéncia da Prefeitura ou da Câmara de Vereadores de sua cidade?

(  ) Sim (  ) Não

9 - O TCE-MT fiscaliza a partir de denúncias e evidências enviadas por qualquer cidadão. E você, alguma vez utilizou a Ouvidoria do Tribunal ou de alguma outra instituição?

(  ) Sim (  ) Não

10 - Um dos maiores recursos de Controle Social do cidadão é o voto.  
E você, acompanha as ações das pessoas que elegeu?  
(  ) Sim (  ) Não

Agradecemos a sua participação. Confira o seu desempenho no verso.

# Você faz Controle Social?

# Como fazer o Controle Social

## **Na sua Universidade:**

### **Conhecendo**

nota do ENADE da sua Universidade e comparando-a com a média do Estado

### **Avaliando**

a qualidade do seu curso e propondo melhoria

### **Integrando**

o Conselho das Universidades

### **Participando**

do Centro Acadêmico

### **Tornando**

líder de sala e acompanhando o resultado do aprendizado

### **Conhecendo**

o percentual e o motivo de evasão do seu curso, para propor mudança

# Como fazer o Controle Social

## No seu Bairro:

**Conhecendo** e participando da Associação de Bairro

**Verificando** a qualidade dos serviços públicos prestados na sua comunidade

**Sugerindo** melhorias nos serviços públicos aos vereadores municipais

**Denunciando** irregularidades nas Ouvidorias das Instituições



# Como fazer o Controle Social

## No TCE-MT:

**Acompanhando**

o julgamento das contas anuais de sua cidade

**Buscando**

informações das obras públicas realizadas no seu município  
via Sistema Geo-Obras

**Acompanhando**

a gestão municipal acessando o Espaço Cidadão

**Denunciando**

irregularidades sobre o mau uso do dinheiro público na  
Ouvidoria do TCE-MT



Projeto 6  
**TCEndo Cidadania**

**PDI**   
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL INTEGRADO



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

# Controle social das políticas públicas

No caso específico das políticas sociais, o canal de participação legalmente constituído para o exercício do controle social é o CONSELHO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, que deve ser constituído no âmbito da União, Estado e Município. (MACIEL, 2010)



# Os Conselhos na Construção dos Planos Municipais



Projeto 6  
**TCEndo Cidadania**

**PDI**   
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL INTEGRADO



**Tribunal de Contas**  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**Na constituição de 88 os conselhos de políticas públicas ganharam forma.**

**Mas, foi a partir da formatação de leis específicas, ainda nos primeiros anos da década de 90 , e que começaram a se efetivar.**

**A simples existência da estrutura dos conselhos de políticas públicas não garante a sua efetividade.**



# Conselhos o que são?

Os conselhos são **espaços privilegiados para o exercício político**, uma vez que representam, do ponto de vista da lei,

uma iniciativa que **possibilita o estabelecimento** de novos fóruns de participação e novas **formas de relacionamento** entre o Estado e a sociedade civil.



# Conselhos o que são?

Trata-se de um **espaço de encontro entre a sociedade e o Estado**, onde se manifesta a **democracia, a flexibilidade, o envolvimento e a comunicação** entre os participantes, ou seja,

**espaços de representação plural**, para que a sociedade e o governo possam **negociar, disputar e compartilhar responsabilidades** na produção de políticas públicas em áreas específicas.





Enquanto espaço de articulação da sociedade com os agentes estatais, os conselhos estão centrados em dois pilares:

## **1 – DEMOCRATIZAÇÃO**

(ampliação da participação social)

## **2 – DESCENTRALIZAÇÃO**

(das políticas sociais e fortalecimento do poder local)

# Descentralização e Democratização



Nesse processo de descentralização e democratização das políticas públicas, a **abertura de novos espaços de interlocução entre a sociedade e o poder local** – como é o caso dos conselhos gestores –, assume um **importante papel como mecanismos de participação cidadã e controle social** das ações governamentais.



A **identidade dos conselhos** foi constituída a partir dos novos movimentos sociais e embasadas em **dois fatores**:

- 1 – O reconhecimento do povo como **Agente Transformador**
- 2 – **Cultura Crítica**, com base no repúdio a todas as formas de opressão



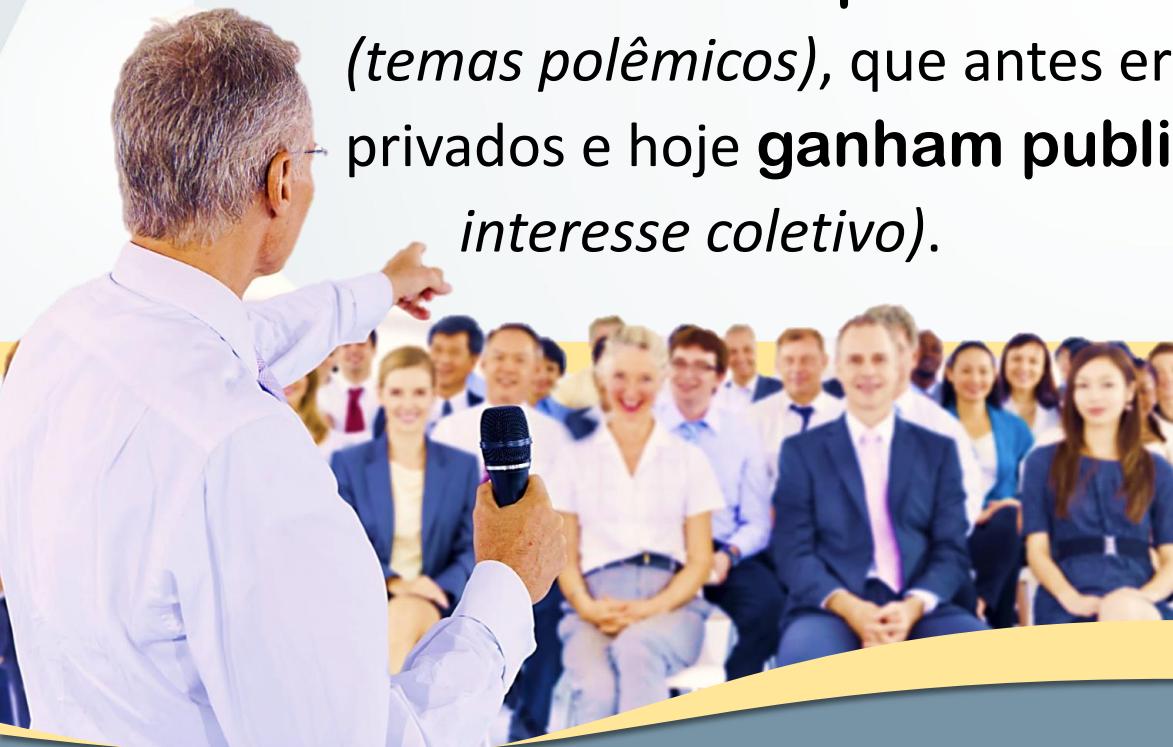
# Agente Transformador

**É importante a participação de setores sociais interessados na formulação das diretrizes de políticas e no controle mais efetivo sobre as ações estatais.**



# Cultura Crítica

- 1 – Espaço para **interação dos indivíduos** para debater e apresentar demandas.
- 2 – Ampliação do domínio público e a possibilidade de se ter **discussão públicas** sobre **novas questões** (*temas polêmicos*), que antes eram travadas nos espaços privados e hoje **ganham publicidade** (*objeto de interesse coletivo*).





**Cada conselho** possui uma **identidade própria** que pode ser compreendido a partir de duas variáveis:

- Desenho Institucional
- Trajetória Política



# Questões relevantes relacionadas ao desenho institucional

**Discussão de políticas e programas** quanto ao aspecto de sua elaboração. Ter um **papel mais propositivo**.

Buscar **fortalecer mecanismos de transparência**.

Constitua um **projeto político global e estratégico** que seja referencial **para as deliberações de políticas setoriais**, sem o que, torna-se impossível impedir a fragmentação destas políticas posta em vigor pelo governo.

# Sobre a Trajetória Política



Os conselhos passam por **fases ou momentos distintos** no decorrer de sua trajetória e **que se transformam ao longo do tempo**, processo esse que tem implicações na **construção de sua identidade política**.



# Impactos na Trajetória Política

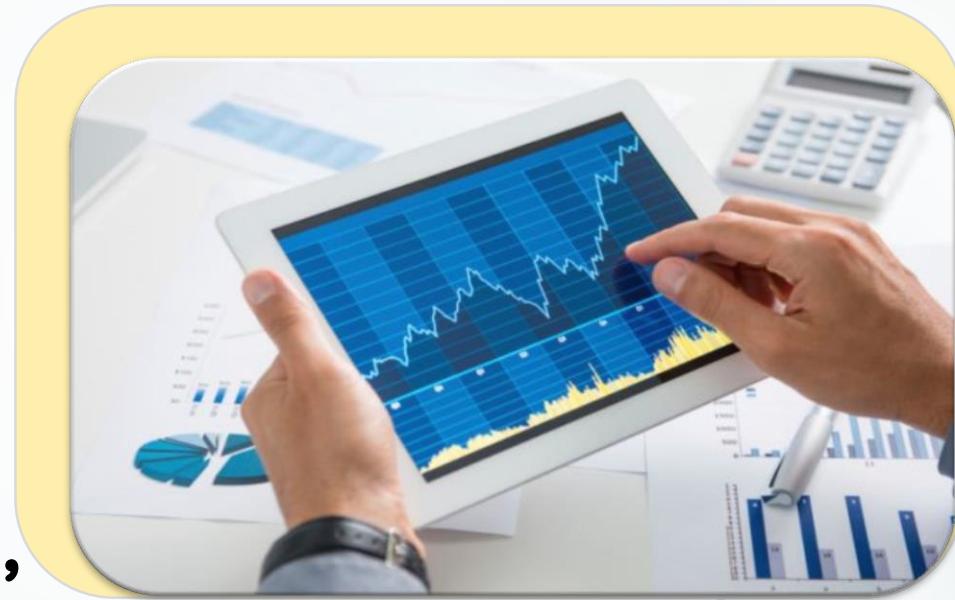
**Desarticulação das ações** dos movimentos sociais, dos fóruns e das redes na mobilização social.

**Pouca atuação** dos representantes da sociedade civil nos Conselhos, tornando os conselheiros representantes de si mesmos.

**Vínculo estreito** entre as lideranças dos movimentos sociais com os partidos políticos e gabinetes parlamentares.

# Impactos na Trajetória Política

Os conselhos são **espaços públicos de composição plural e paritária** entre estado e sociedade, de natureza **propositiva, mobilizadora, deliberativa e consultiva**, cuja função é formular execução das políticas públicas.



# Para representar a sociedade os conselhos precisam

**Ter  
representatividade  
e pressão social**

- Ser capaz de fornecer informações, ser contestável, compartilhar poder, além de servir como informante para o Estado, precisa usar o seu poder para agir em nome da população.

**Paridade nas  
deliberações**

- criar “instrumentos e mecanismos capazes de garantir a gestão colegiada e dotar os grupos de interesse de condições para o exercício da participação, bem como perceber a presença, nas práticas sociais dos conselheiros, de elementos que caracterizariam uma cultura cívica.

# A legitimidade dos Conselhos

A legitimidade dos conselhos, enquanto instância de controle social, passa necessariamente por algumas questões como:

- ✓ a transparência nas eleições dos conselhos;
- ✓ o próprio perfil dos eleitos  
(se representam a comunidade de forma igualitária);
- ✓ o processo de deliberação dos conselho  
(ou seja, a real proporção entre as decisões tomadas entre conselheiros da população e conselheiros governamentais);
- ✓ a relevância ou a própria existência do debate dentro desse aparelho.



Projeto 6

**TCEndo Cidadania**

# O funcionamento da dinâmica dos conselhos está ligado a...

- ao nível de compromisso do poder público em reconhecer esses canais como espaços privilegiados na relação Estado-sociedade
- existência de organizações sociais capazes de representar interesses sociais e expressar valores construídos na cotidianidade
- dificuldade da escolha dos representantes dos conselhos e, em geral, norteie sua atuação, com a lógica dos interesses coletivos ou globais
- maior ou menor preponderância da função dos conselhos como espaço de democratização das relações entre Estado e sociedade na gestão municipal
- relação entre a institucionalização dos conselhos e uma melhora efetiva nas condições de vida não é uma tarefa fácil. Condensar as necessidades de uma sociedade plural em um espaço aberto e plural, mas limitado e ainda ter que enfrentar a reticência do Estado em ceder o poder de deliberação. (TATAGIBA, 2004)

# Quatro perspectivas a serem trabalhadas

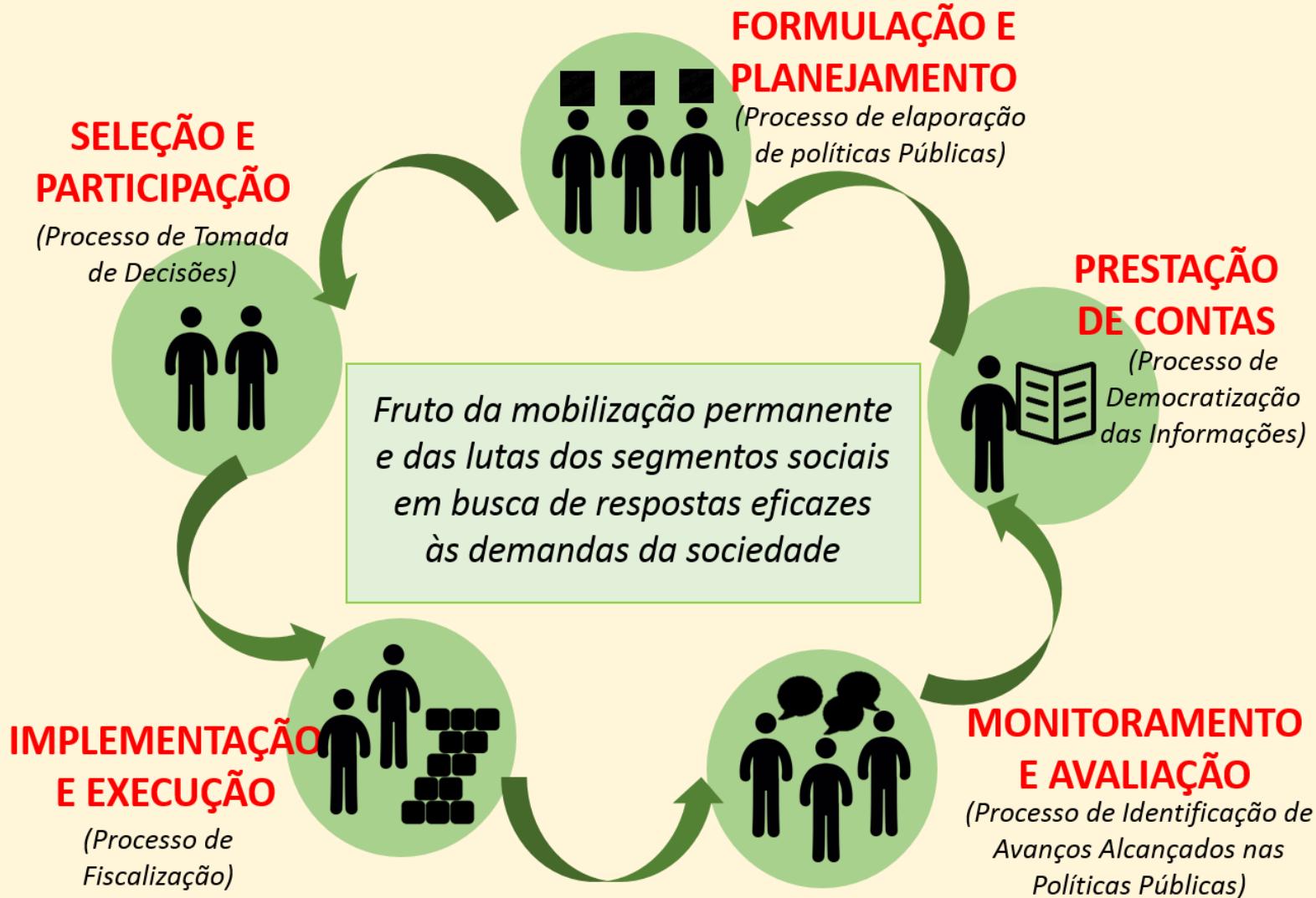


- 1 – Constituição/Composição**
- 2 – Atuação**
- 3 – Atitude dos Conselheiros**
- 4 – Condições de Trabalho**



# Conselhos no Ciclo das Políticas Públicas

## Mobilização Permanente dos Segmentos Sociais



# **Leis Orçamentárias**

## **PPA**

**Plano Plurianual**

O PPA faz um planejamento da políticas públicas e programas de governo para o período de 4 anos.

Apresenta as dimensões estratégicas, os objetivos, estipula as metas e delineia as iniciativas. Associando os programas orçamentários aos objetivos.

## **LDO**

**Lei de Diretrizes Orçamentária**

A LDO orienta ano a ano como esses programas e objetivos devem ser realizados.

Destaca metas e prioridades para a Administração Pública.

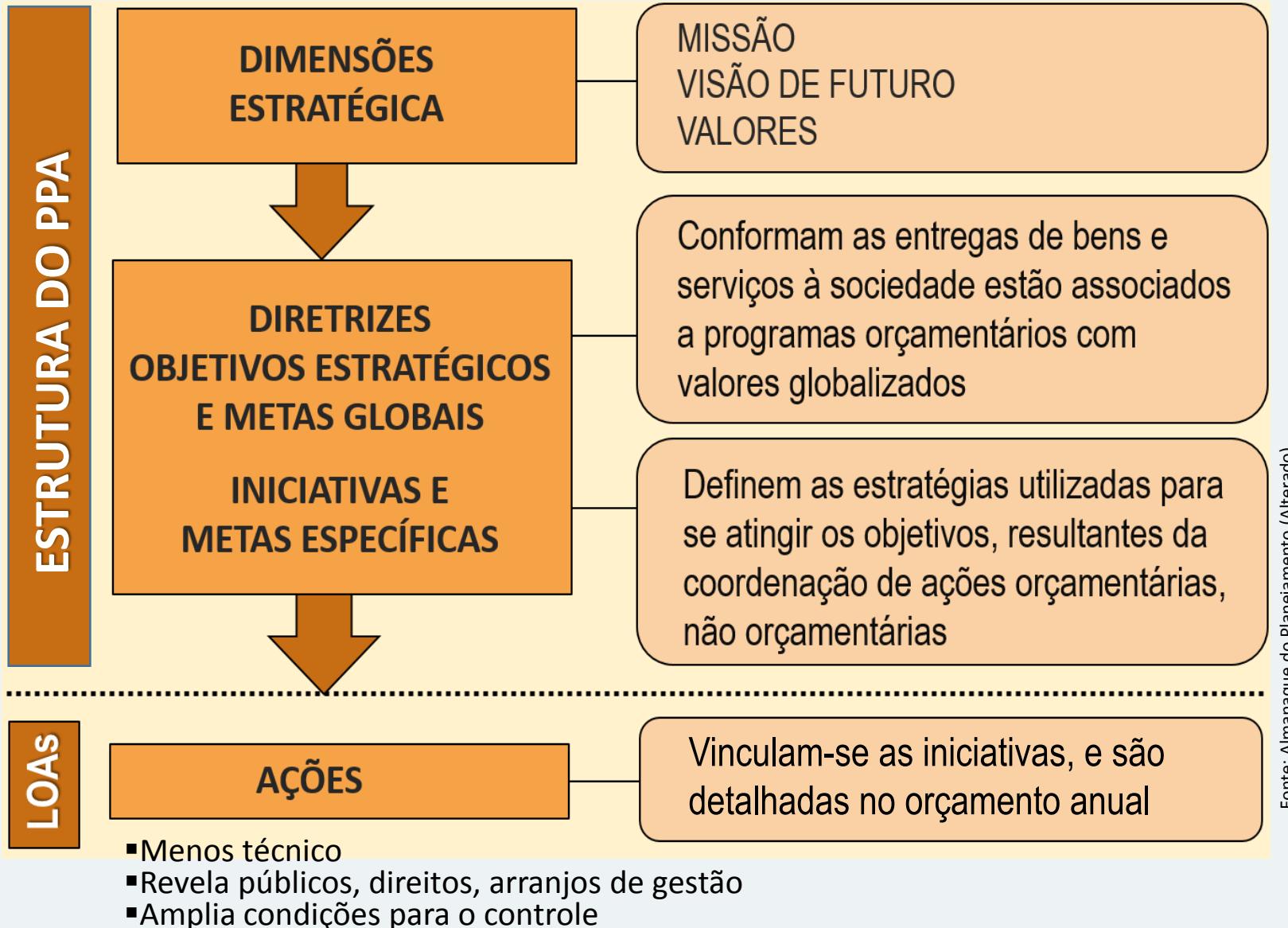
## **LOA**

**Lei Orçamentária Anual**

A LOA aloca os recursos públicos necessários anualmente para a concretização das metas estabelecidas.

Define as ações que estão vinculadas as iniciativas que serão detalhados no orçamento

# Modelo de Planejamento Governamental



Fonte: Almanaque do Planejamento (Alterado)

# Monitoramento Participativo

Sociedade  
participando  
das decisões da  
gestão pública

Os **PLANOS** são  
**PONTES** entre  
suas ideias e as  
**políticas públicas**



# PDI – Melhorando a Gestão Pública



Projeto 6  
**TCEndo Cidadania**

**PDI**   
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL INTEGRADO



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

# Projetos do PDI

O PDI está estruturado em **6 projetos**:

**Projeto 1 - Apoio ao Planejamento Estratégico**

**Projeto 2 - Incentivo ao Acesso à Informação e à Consciência Cidadã**

**Projeto 3 - Orientação por meio de Cursos Presenciais e à Distância**

**Projeto 4 - Controle Gerencial utilizando o sistema Geo-Obras**

**Projeto 5 - Modernização Institucional**

**Projeto 6 - TCEndo Cidadania**



# Pesquisa realizada em 2012

- 8 municípios
- 103 Conselhos
- 544 Conselheiros



- ✓ 55% quase não tem acesso às informações do orçamento
- ✓ 38% não acompanham a elaboração e discussão na Câmara Municipal do PPA, LDO e a LOA
- ✓ 60% atuam muito pouco na avaliação dos resultados de **políticas públicas**
- ✓ 45% afirmaram que **procuram realizar trabalho integrado** com os órgãos de **controles externo e interno**
- ✓ 66% disseram que **não participam** de **qualquer ação** que **envolva o planejamento** dos municípios

# Pesquisa realizada em 2016

- 40 municípios
- 329 Conselhos
- 613 Conselheiros

## ESTRUTURA

- 58% dos entrevistados disseram que o Conselho não tem estrutura física

## INDEPENDÊNCIA

- 48% enxergam que os Conselhos são ligados a sociedade

## PROPOSITURA

- 66% se reúnem mensalmente e a maioria propõe ações e discute políticas públicas
- 13% dos conselhos analisam e discutem os relatórios de auditorias e pareceres do TCE-MT

# Pesquisa realizada em 2016

## ORÇAMENTO PÚBLICO

- 35% afirmam que nunca tiveram acesso as leis orçamentárias (LOA, LDO e PPA)
- 88% acham importante conhecer o orçamento municipal

## CONTROLE SOCIAL

- 65% dos conselheiros aumentaram o interesse pelo Controle Social das Políticas Públicas
- **Maioria** dos conselheiros disse que faz Controle Social participando das Audiências Públicas, em segundo plano está o acompanhamento da execução dos serviços públicos e, por fim, monitora o Portal Transparência

# Pesquisa realizada em 2016

## DIÁLOGO

- 30% nunca conversaram com o Controlador Interno do Município e nem com o TCE ou TCU
- 74% conhecem o Portal Transparência

## APÓS AÇÕES DO TCE-MT COM OS CONSELHEIROS

- 24% apontaram que melhorou o diálogo com o Executivo e 38% com o Legislativo
- 26% passaram a buscar mais informações nas Audiências Públicas
- 54% disseram que utilizam os canais de comunicação

# Demandas sugeridas por Grupos na Oficina de Sinop

GRUPOS	DEMANDAS PRIORITÁRIAS
<b>Proteção do Gênero Humano</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Que o Poder Público consulte o Conselho Específico ao criar Políticas Públicas no Município</li><li>➤ Supervisão mais efetiva do Controle Social</li><li>➤ Implantar Casa Dia para Idosos</li><li>➤ Implantar Delegacia da Mulher</li><li>➤ Espaço físico para ressocialização de adolescente em conflito com a lei</li></ul>
<b>Educação</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Valorização profissional dos servidores da Educação com equiparação salarial entre Estado e Município</li><li>➤ Realizar a Política de Educação para município com proposta Político-Pedagógico atualizada, participativa para atender a real demanda da Secretaria Municipal de Educação</li><li>➤ Construção de unidades educativas em parcerias com outras secretarias e entidades de acordo com a real demanda diagnosticada na construção de novos conjuntos habitacionais</li><li>➤ Participação dos conselhos nas audiências públicas na elaboração do PPA, LDO e LOA</li><li>➤ Formação para os conselheiros terem subsídios técnicos</li></ul>

# Demandas sugeridas por Grupos na Oficina de Sinop

GRUPOS	DEMANDAS PRIORITÁRIAS
<b>Desenvolvimento Econômico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Regularização fundiária na área urbana e rural do município</li><li>➤ Incentivar a criação de Associações e Cooperativismo (artesanato, reciclagem madeira e outras) voltadas a população de baixa renda</li><li>➤ Revitalizar a área que fica no fundo do Jardim Santa Rita e Novo Estado (área de invasão em AP.P. )</li><li>➤ Estruturar o Departamento de Habitação ou criar a Secretaria de Habitação</li><li>➤ Ampliação e revitalização do Parque Florestal</li></ul>
<b>Saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Melhorar a gestão dos recursos financeiros</li><li>➤ Cumprimento das políticas públicas relacionadas à saúde em especial à humanização dos serviços</li><li>➤ Implantação da Casa do Menor Infrator</li><li>➤ Instituir urgentemente clínica de recuperação de dependentes químicos</li><li>➤ Fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos</li></ul>

# Demandas sugeridas por Grupos na Oficina de Sinop

GRUPOS	DEMANDAS PRIORITÁRIAS
Patrimônio da Humanidade	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Realizar formação em instituições publicas e privadas para reduzir as queimadas urbanas e rurais</li><li>➤ Mobilizar a sociedade por bairro e comunidade rural para a sua participação dos programas e projetos ambientais</li><li>➤ Obter recursos humanos e equipamentos para o atendimento de combate às queimadas</li><li>➤ Sensibilizar a sociedade para a necessidade de manutenção na limpeza de seus terrenos</li><li>➤ Mobilizar a sociedade para a participação dos programas de conservação e preservação das áreas verdes urbanas e rural</li></ul>



# Projeto 6 **TCEndo Cidadania**

## OBJETIVO

Estimular a interlocução entre o Tribunal de Contas de Mato Grosso, o Poder Legislativo, os Conselhos e a Sociedade, visando fortalecer a ação fiscalizadora das câmaras municipais sobre a efetividade das políticas públicas.



Projeto 6  
**TCEndo Cidadania**

**PDI**   
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL INTEGRADO



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

# O que vamos aprender?



- ✓ Empoderar-se de suas atribuições
- ✓ Buscar informações públicas
- ✓ Em relação as peças orçamentárias:
  - conhecer as demandas da sociedade;
  - validar (ou revê-las);
  - verificar quais foram inseridas no plano estratégico;
  - participar das audiências públicas para inserção das mesmas nos planos orçamentários.

# Por onde vamos começar?



Se no realinhamento do Plano Estratégico as demandas da sociedade não foram consideradas, será feita uma nova oficina para esse fim.

- Conhecer as demandas (nesta aula)
- Saber quais demandas foram inseridas no Plano Estratégico de 2012 (Profª Elizabeth)

# Como fazer?

- Conhecer as peças orçamentárias e como as demandas poderão ser inseridas nessas peças (Profº Francisnei)
- Como participar das audiências públicas e solicitar a inclusão das demandas nas peças orçamentárias (Profº Ney)



# Como acompanhar?

- Através das reuniões semestrais de apresentação dos resultados do Plano Estratégico
- Avaliando as metas específicas aos temas relacionados ao seu conselho
- Pedindo ao respectivo secretário a apresentação dos resultados
- Reunião com vereadores
- Audiências Públicas



# Reflexão Final



Projeto 6  
**TCEndo Cidadania**

**PDI**   
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL INTEGRADO



**Tribunal de Contas**  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

# #REDE anticorrupção

TRANSPARÊNCIA

DEMOCRACIA

EDUCAÇÃO

CONTROLE SOCIAL

NORMAS LEGAIS



Controle Interno

Poder Legislativo

Ministério Público

Polícias

TRIBUNAIS DE CONTAS

Poder Judiciário

Advocacia Pública e  
Órgãos Tributários

Ouvidorias

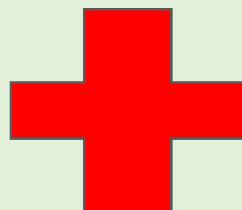
Rede de Controle

Imprensa

# **CULTURA DO CONTROLE SOCIAL**



**Cultura  
Reclamatória**



**Cultura  
Participativa**



Projeto 6  
**TCEndo Cidadania**

**PDI**   
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL INTEGRADO



**Tribunal de Contas  
Mato Grosso**  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

# Todos ganham com:

- Exercício do Controle Social
- Consolidação da **democracia** e fortalecimento da **cidadania**
- Ampliação dos **espaços democráticos** e de **transparência**
- Partilha de **poder** e de **responsabilidade**
- Elevação da **eficiência** dos gastos públicos
- Melhoria da **qualidade** dos serviços prestados ao cidadão



**“Onde não há conselhos  
fracassam os projetos, mas  
com os muitos conselheiros  
há bom êxito”**

(Provérbios 15 – 22)



# **Muito Obrigada!**

**Cassyra L Vuolo**

**Secretária de Articulação Institucional  
e Desenvolvimento da Cidadania  
[cassyra@tce.mt.gov.br](mailto:cassyra@tce.mt.gov.br) / (65) 3613-2951**



Projeto 6  
**TCEndo Cidadania**

**PDI**   
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL INTEGRADO



**Tribunal de Contas  
Mato Grosso**  
TRIBUNAL DO CIDADÃO